



Estratégia
Concursos

2° SIMULADO

TJRJ

**ANALISTA JUDICIÁRIO:
EXECUÇÃO DE MANDADOS**

Simulado Especial

2º Simulado TJ-RJ – Analista Judiciário – Execução de Mandados

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Execução-de-Mandados-06-09-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**Carlos Roberto**

01. Na questão, assinale a alternativa correta quanto à ortografia.

- a) Os que pretendem fazer dos fascinadores menores morais, incapazes de se decidir entre o bem e o mau, não se atrevem a pedir que lhes sejam caçado o direito de voto.
- b) O Ministério Público consagrou os princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, tudo como estratégia para o desenvolvimento de uma atuação livre de injunções externas.
- c) O Direito Penal assume nova feição, devendo apontar suas baterias para os delitos que colocam em cheque os objetivos do Estado Social.
- d) No novo Código são privilegiadas as anotações sobre as novidades trazidas pelo sistema e os aspectos da jurisprudência nacional que remanecem do interesse para o novo sistema jurídico.
- e) A credibilidade do Ministério Público é alta e subestimá-lo é enfraquecer a cidadania, a justiça e o povo brasileiro, cuja defesa é a própria razão de sua existência.

02. Para responder à questão, leia o texto.

De acordo com o relatório de 2019 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 17% dos habitantes dos países em desenvolvimento sofrem de ____ nutrição. Os números são preocupantes ____ a baixa no número da população atingida, cerca de 3% entre 2017 e 2018, foi anulada pelo aumento natural da população. A redução da média de vítimas de fome para 2020 ainda é um objetivo ilusório. No Brasil, os famintos somam 5,2 milhões.

(Revista Galileu)

Os espaços do texto devem ser preenchidos, respectivamente, com

- a) má ... por quê
- b) mal ... por que
- c) mau ... porquê
- d) má ... porque
- e) mal ... porque

03. Para responder à questão, leia o texto.

O casamento infeliz da corrupção com cumplicidade e a resultante crise de autoridade na vida pública (com reflexos em toda sociedade, inclusive na família) trazem à tona a questão da moralidade. (Não estou usando, de propósito, a palavra ética: a pobre anda humilhada demais.) Não se confunda moralidade com moralismo, que é filho da hipocrisia. Moralidade faz parte da decência humana fundamental. Dispensa teorias, mas é a base de qualquer convívio e ordem social. Embora não necessariamente escrita, está contida também nas leis tão mal cumpridas do país. Todos a conhecem em seus traços mais largos, alguns a praticam.

Moralidade é compostura. É exercer autoridade externa fundamentada em autoridade moral. É fiscalizar rigorosamente o cumprimento das leis sem ser policialesco. É respeitar as regras sem ser uma alma subalterna. Moralidade pode ser difícil num país onde o desregramento impera. Exige grande coragem dizer não quando a tentação (de roubar, de enganar, ou de compactuar com tudo isso) nos assedia de todos os lados, também de cima. Num governo, é o oposto de assistencialismo, que dá alguns trocados aos despossuídos, em lugar de emprego e educação, que lhes devolveriam a dignidade. É lutar pelo bem comum, perseguindo e escancarando a verdade mesmo que contrarie grandes e vários interesses.

(Revista Veja)

Assinale a alternativa em que o verbo em destaque está corretamente grafado e flexionado.

- a) A crise de autoridade advêm do casamento infeliz da corrupção com cumplicidade.
- b) Muita gente interveio tentando lutar pelo bem comum social.
- c) Se uma pessoa pôr sua coragem em prática, dirá não quando a tentação assediá-la.
- d) Se uma pessoa quizer manter sua decência, deverá praticá-la.
- e) As leis mal cumpridas do país contém em si a tão necessária moralidade.

04. A mídia é sempre aquela. Mas será ela a guardiã da ética, o anjo protetor do decoro, a sentinela do Estado de Direito?

Considerando I – guardiães, II – guardiões e III – guardiões, é correto afirmar que o plural masculino do termo guardiã está devidamente expresso apenas em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

05. Leia o trecho a seguir, para responder à questão.

O retrato, às oito e meia da noite daquela segunda-feira fatídica, era desolador. São Paulo, quarta maior metrópole do mundo, 20 milhões de moradores, estava vazia. Traumatizada. Acuada sob um toque de recolher informal.

(Isto é Online)

Observe os dois trechos a seguir para responder à questão.

- I. O retrato, às oito e meia da noite daquela segunda-feira fatídica, era desolador.
- II. São Paulo, quarta maior metrópole do mundo, 20 milhões de moradores, estava vazia.

Empregam-se vírgulas em I e II, respectivamente, para intercalar

- a) aposto e aposto.
- b) adjunto adverbial e aposto.
- c) adjunto adverbial e vocativo.
- d) adjunto adverbial e adjunto adverbial.
- e) aposto e adjunto adverbial.

Leia o texto a seguir, para responder às questões 6 e 7.

Se você é uma daquelas pessoas que acredita que o mundo caminha rapidamente para o abismo, o livro Factfulness, de Hans Rosling e família, pode ser um bom remédio. O tom é de autoajuda. O próprio autor usa a expressão “dados como terapia”. Mas isso em nada diminui o valor da obra, cujo propósito é mostrar que o planeta é um lugar bem melhor do que a maioria das pessoas pensa.

(Folha de S.Paulo. Adaptado)

06. O prefixo que inicia o vocábulo destacado em “O tom é de autoajuda.” também está presente, e com o mesmo sentido, na palavra

- a) autoral.
- b) autorização.
- c) autódromo.
- d) autoatendimento.
- e) autoritário.

07. O pronome relativo cujo no trecho “cujo propósito é mostrar...” introduz uma oração

- a) subordinada adjetiva restritiva.
- b) subordinada adjetiva explicativa.
- c) coordenada sindética explicativa.
- d) coordenada sindética aditiva.
- e) subordinada substantiva subjetiva.

Leia o texto a seguir para responder às questões 8, 9 e 10.

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, até o canário ficou mudo. Não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam. Ficava só, sem o perdão de sua presença, última luz na varanda, a todas as aflições do dia.

Sentia falta da pequena briga pelo sal no tomate — meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa. Calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolha? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor.

(Dalton Trevisan)

08. Sobre o texto de Dalton Trevisan, não é motivo para o apelo feito pelo homem o seguinte trecho:

- a) "Meu jeito de querer bem".
- b) "Não tenho botão na camisa".
- c) "Calço a meia furada".
- d) "Que fim levou o saca-rolha?".
- e) "a pilha de jornais ali no chão"

09. Dizer que conversar com os outros era como "bocas raivosas mastigando", significa que:

- a) estavam se alimentando enquanto comiam.
- b) eles estavam absolutamente nervosos.
- c) o movimento de falar parece com o movimento de comer raivosamente.
- d) conversar com os outros perdeu o sentido.
- e) o narrador não entendia o que os outros diziam.

10. Ainda sobre o trecho "bocas raivosas mastigando" há uma oração reduzida de gerúndio que, se desenvolvida, ficaria assim:

- a) bocas raivosas que permaneciam mastigando.
- b) bocas raivosas que mastigavam.
- c) bocas raivosas que mastigaram.
- d) bocas raivosas se mastigavam.
- e) bocas raivosas que pensavam mastigar.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Acerca da Lei Estadual n. 4.620/2005, que dispõe sobre a Unificação e a Reestruturação dos Quadros de Pessoal e Institui a Carreira de Serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) A jornada de trabalho dos analistas judiciários e dos técnicos de atividade judiciária é de 40h semanais, mas pode haver a possibilidade de jornada de trabalho especial, prevista no regulamento, desde que seja observado o mínimo de 20h semanais de trabalho.

b) O Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados, enquanto permanecer no exercício de suas funções específicas, receberá gratificação de locomoção correspondente a 20% (vinte por cento) sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.

c) A lei determina que 75% (setenta e cinco por cento) dos cargos em comissão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro devem ser ocupados por serventuários ativos, incluindo-se os cargos de assessoramento direto a Desembargador. As funções gratificadas, por sua vez, somente podem ser ocupadas pelos serventuários ativos.

d) Para o cargo de Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados exige-se nível superior completo em qualquer curso.

e) Para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária exige-se o curso técnico em gestão de pessoas.

12. Conforme a Lei Estadual n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, julgue as assertivas abaixo:

I. Todas as decisões judiciais e administrativas dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro deverão ser motivadas e os julgamentos públicos, ressalvadas as exceções previstas na Constituição da República.

II. São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro o Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselhos da Justiça Militar.

III. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de 160 (cento e sessenta) Desembargadores.

IV. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de imperiosa necessidade do serviço, Juízes de Direito Titulares de Entrância Comum para compor as Câmaras.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I, II e III.
- b) III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I e II.
- e) II e III.

13. Conforme a Lei Estadual nº 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, integram o Conselho da Magistratura, EXCETO:

- a) o Presidente.
- b) o Corregedor-Geral da Justiça.
- c) os Vice-Presidentes.
- d) Juízes dirigentes dos Núcleos Regionais.
- e) cinco Desembargadores que não façam parte do Órgão Especial.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Antônio Daud

14. Cremilda, servidora efetiva do tribunal de justiça do Rio de Janeiro, praticou insubordinação grave em serviço. À luz do disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que a aplicação da respectiva pena prescreve em:

- a) 180 dias.
- b) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 5 anos.
- e) 10 anos.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a correição-geral ordinária

- a) é realizada mensalmente pelos chefes de secretaria, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Presidência do Tribunal
- b) é realizada trimestralmente pelos juízes auxiliares da corregedoria, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.
- c) é realizada semestralmente pelos diretores de fóruns, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pelos Juízes Coordenadores dos Núcleos Regionais.

d) é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

e) é realizada bianualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

16. Com base na Consolidação Normativa Judicial, a atividade verificatória de rotina da Corregedoria Geral da Justiça, visando à coleta de informações de interesse da Administração através do efetivo levantamento da realidade da unidade é denominada

- a) Inspeção
- b) Visita Correicional
- c) Correição Ordinária
- d) Correição Extraordinária
- e) Correição Parcial

17. Joselito atua na primeira vara criminal de Belford Roxo e precisava solicitar licença ao Tribunal. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a licença será concedida pelo

- a) presidente do TJ
- b) corregedor do TJ
- c) tribunal pleno
- d) órgão especial
- e) conselho da magistratura

18. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção que indica o nome do instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, no âmbito interno e externo

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Convocação
- e) Ordem de Serviço

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

19. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa correta:

- a) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices, salvo condições diferenciadas em razão de uma deficiência, na prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.
- b) Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- c) Maria é viúva, sem filhos, idosa com 70 anos e com deficiência mental que a incapacita para atos da vida civil. Maria vive com sua sobrinha, Joana, que também é sua curadora. A família, acreditando que a idosa vinha sendo negligenciada por Joana, que impedia qualquer familiar de visitar Maria, após uma vizinha relatar que a idosa aparenta estar muito magra e que Joana as vezes fica dias sem aparecer na casa, ficando a idosa sozinha, sem qualquer assistência, buscaram as autoridades policiais. Em investigações policiais, foi constatado, além dos maus tratos, que Joana retirava todo o valor do benefício previdenciário de Maria e transferia para sua conta poupança. Neste caso, Joana cometeu crime, previsto aumento em $\frac{1}{2}$ da pena no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- d) A pessoas com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, devendo ter a garantia do livre exercício do direito ao voto e, para tanto, sempre que necessário e independente de pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa capacitada pela Justiça Eleitoral para auxiliar.
- e) Nos Os telecentros e as lan houses deverão ser disponibilizados computadores acessíveis no mínimo de 20% (vinte por cento) sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento, quando o resultado percentual for inferior a 1 (um).

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

20. No que se refere aos preceitos contidos na Lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) A lei de improbidade administrativa tem como foco principal a punição a condutas ilegais praticadas por agentes públicos ou, em determinadas situações, por particulares.
- b) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que enseja enriquecimento ilícito da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.
- d) O agente público que descumpre o dever republicado de prestar contas sujeita-se a responder por ato de improbidade ensejador de prejuízo ao erário, porquanto presume-se a ocorrência de dano.
- e) O cometimento de ato de improbidade administrativa sujeita o infrator a pena de reclusão por até 6 anos, bem como a aplicação de multa, entre outras penalidades legalmente previstas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Julgue os itens a seguir sobre o processo administrativo e assinale a alternativa correta.

- a) O processo administrativo pode não ser paralisado caso um parecer obrigatório e não vinculante deixe de ser emitido no prazo fixado.
- b) É proibido formular em um único requerimento diversos pedidos que possuam conteúdos idênticos.
- c) Um dos requisitos indispensáveis para a formalização dos atos do processo é o reconhecimento de firma.
- d) Os atos de instrução do processo que exijam a atuação dos interessados devem ser realizados de modo menos oneroso para a Administração.
- e) O recurso das decisões administrativas adentra tão-somente a esfera da legalidade.

22 Com base na Lei nº 8.666/93, atualizada pelo Decreto 9.412/2018, assinale a afirmativa correta a respeito de contratos administrativos e licitações públicas.

- a) O recebimento definitivo exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança da obra ou serviço.
- b) É nulo o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento feitas em regime de adiantamento, de valor não superior a R\$ 8.000,00.
- c) A venda de ações é hipótese de licitação dispensada.
- d) A aprovação do projeto básico, conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, é elemento necessário para a licitação de obras e serviços.
- e) A carta-contrato poderá ser utilizada nas licitações em que a tomada de preço é a modalidade escolhida.

23. Acerca do controle da Administração, julgue os itens a seguir:

- I. A representação, mecanismo utilizado no controle administrativo, ocorre quando o administrado deseja manifestar sua oposição a ato que esteja afetando um interesse ou direito próprio.
- II. O Poder Legislativo não pode realizar o controle de mérito sobre a função administrativa.
- III. A realização do controle hierárquico independe de previsão legal.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que APENAS:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I, II e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) a III é verdadeira.

24. Assinale a afirmativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) As entidades da administração indireta podem ser sujeitos de direitos e obrigações, sendo, portanto, responsáveis por seus atos.
- b) Os bens das autarquias são considerados bens públicos e, portanto, não podem ser adquiridos por meio de usucapião.
- c) A imunidade tributária recíproca é aplicada às fundações de direito público e de direito privado.
- d) O início da personalidade jurídica de uma sociedade de economia mista se dá com a elaboração de seu ato constitutivo.
- e) As autarquias não se submetem ao controle hierárquico realizado pela Administração Direta.

25. Em relação às disposições constitucionais sobre responsabilidade civil do Estado, é correto asseverar que a responsabilidade objetiva não abrange os atos praticados por agentes de:

- a) Autarquias.
- b) Órgãos públicos.
- c) Sociedades de economia mista prestadoras de serviço público.
- d) Empresas públicas que exploram atividade econômica.
- e) Particulares que prestam serviço público.

26. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa que traz um exemplo de ato ordinatório.

- a) Provimento.
- b) Renúncia.
- c) Apostila.
- d) Deliberação.
- e) Parecer.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Ricardo Vale**

27. Lindinalvo, promissor advogado que há nove anos exercia a profissão em renomado escritório de advocacia, foi escolhido pelo órgão de representação da classe para integrar a lista sêxtupla de indicações para compor o Tribunal de Justiça do Estado X, tendo em vista gozar de boa reputação no meio em que atua, além de possuir notáveis conhecimentos na área jurídica. Cumpridos todos os demais requisitos previstos na Constituição Estadual, que exigia a escolha, pelo Governador, de um dentre os nomes constantes da lista tríplex formada pelo respectivo tribunal, bem como a aprovação, pela maioria simples da Assembleia Legislativa do estado, da escolha feita pelo Poder Executivo, Lindinalvo foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado X.

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal e à luz da jurisprudência do STF, tal nomeação:

- a) É plenamente válida, uma vez que foram respeitados todos os requisitos impostos pela regra do quinto constitucional, descrito no art. 94 na CF/88, bem como as demais normas previstas na Constituição do Estado X.
- b) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência constitucional de aprovação, por maioria absoluta, da escolha de seu nome pela Assembleia Legislativa do Estado.
- c) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência de dez anos de efetivo exercício na função de advogado, bem como de aprovação, por maioria absoluta, da escolha de seu nome pela Assembleia Legislativa do Estado X.
- d) É inconstitucional, já que a Constituição Estadual não pode condicionar tal nomeação, pelo Poder Executivo, à aprovação da Assembleia Legislativa do respectivo estado.
- e) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência de dez anos de efetivo exercício na função de advogado, já que o estado, uma vez respeitadas as disposições da Constituição Federal, é livre para estabelecer requisitos próprios para a escolha e aprovação dos membros do Poder Judiciário estadual, em nome de sua capacidade de auto-organização.

28. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O foro especial por prerrogativa de função, estabelecido na Constituição Federal, prevalece sobre a competência do tribunal do júri. O mesmo não acontece em relação ao Foro Especial exclusivamente definido na Constituição Estadual.
- b) O direito de reunião é um direito coletivo, exercido por uma pluralidade de pessoas.
- c) O direito de propriedade industrial será transmissível aos herdeiros, pelo tempo que a lei fixar.
- d) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, mediante fiança.
- e) Jamais haverá pena de morte.

29. Judith, de 22 anos, nasceu em Portugal e há 18 meses se mudou para o Brasil, país pelo qual se apaixonou e no qual passou a se envolver em causas humanitárias e a ganhar notoriedade e boa reputação. Após ter se estabelecido definitivamente no município de Passo Alegre, localizado no estado Beta, e adquirir a nacionalidade brasileira, o nome de Judith passou a ser recomendado no meio político como potencial candidata a cargos eletivos, momento em que também começou a receber inúmeros convites para se filiar a diversos partidos.

Analisando a situação hipotética sob a ótica dos direitos políticos e de nacionalidade expressos na CF/88, Judith:

- a) Nas próximas eleições para governador, poderá se candidatar ao cargo em qualquer estado da federação, desde que proceda à filiação partidária em tempo hábil.
- b) Somente poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República quando completar 35 anos de idade.
- c) Nas próximas eleições municipais poderá se candidatar, exclusivamente, ao cargo de vereador, desde que proceda à filiação partidária em tempo hábil.

- d) Nas próximas eleições não poderá se candidatar, em hipótese alguma, ao cargo de governador.
- e) Nas próximas eleições municipais, caso proceda à filiação partidária em tempo hábil, poderá se candidatar ao cargo de prefeita de municípios localizados no território do estado Beta, somente.

30. Odair Bessias, Presidente da República, durante encontro familiar ocorrido na casa de parentes próximos, trava intensa discussão sobre futebol com um antigo desafeto, Alan. No calor da situação, Alan, após consumir uma boa quantidade de bebida alcoólica, resolve atacar Odair, tentando atingi-lo com um bastão de ferro. Odair, então, saca sua arma de fogo e, sem pestanejar, efetua disparos contra o agressor que, felizmente, tem somente o braço atingido.

Sobre as possíveis consequências que o acontecimento teria para sua imagem e para o exercício da presidência, é correto afirmar que, conforme o que estabelece a CF/88:

- a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) O Presidente será processado criminalmente somente após o término do mandato.
- c) Se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, o Presidente ficará suspenso de suas funções durante 180 dias.
- d) Devido à imunidade formal processual, o presidente não poderá ser responsabilizado.
- e) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

31. Em razão de suspeitas de desvios ocorridos em processo licitatório, foi instaurada uma CPI no âmbito da Assembleia Legislativa de determinado estado. Com o objetivo de apurar os fatos, foram adotadas as seguintes medidas: (I) a convocação do governador do estado, para depor; (II) a convocação de servidor público estadual para depor; (III) a interceptação telefônica de servidor

público estadual; (IV) a quebra de sigilo bancário dos envolvidos.

À luz da jurisprudência do STF e da sistemática estabelecida na CF/88, pode-se dizer que são admitidas as seguintes medidas:

- a) II e IV apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) III e IV, apenas.

32. Raquel Ford, Procuradora-Geral de Justiça do Estado Y, ao tomar conhecimento do cometimento de determinada infração penal, ordenou a Deltan Delatol, Promotor de Justiça Estadual, que ajuizasse a correspondente ação penal no prazo legal. Diante da recusa de Deltan Delatol, Raquel Ford decide denunciá-lo perante o Conselho Nacional do Ministério Público, por insubordinação. À luz das disposições constitucionais atinentes ao Ministério Público, pode-se dizer que:

- a) Assiste razão a Raquel, uma vez que o Ministério Público Estadual deve ser visto como instituição única e chefiada pela atual Procuradora-Geral de Justiça, não havendo espaço para posicionamentos pessoais que ferem o princípio institucional da unidade.
- b) Assiste razão a Delatol, uma vez que, em nome do princípio do promotor natural, não há qualquer hierarquia no âmbito da atuação administrativa e funcional do órgão.
- c) Assiste razão a Raquel, uma vez que, em nome do princípio da indivisibilidade, a atuação dos Promotores de Justiça restringe-se à expressão da vontade da instituição, materializada no exercício das funções de seus membros.
- d) Assiste razão a Delatol, uma vez que os Membros do Ministério Público possuem plena autonomia funcional, não estando subordinados, no exercício de seu mister, a nenhuma espécie de poder hierárquico.
- e) Delatol poderá vir a perder o cargo, com base na alegação de grave insubordinação presente no caso em tela, por decisão da maioria absoluta do órgão colegiado competente.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei:

- a) do primeiro domicílio conjugal;
- b) do domicílio do cônjuge mais velho;
- c) do último domicílio conjugal em comum;
- d) do domicílio do cônjuge mais velho;
- e) do domicílio no qual habitar filho comum, se houver.

34. Não são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as associações;
- b) as fundações;
- c) os partidos políticos;
- d) os entes de fiscalização do exercício profissional;
- e) as organizações religiosas.

35. Dentre as opções abaixo, assinale a única que não corresponde a um direito real:

- a) a habitação;
- b) a hipoteca;
- c) a anticrese;
- d) a turbação;
- e) o direito do promitente comprador do imóvel.

36. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva;
- b) quando não estiver vencido o prazo;
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;

37. Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

- a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;
- b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;
- c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;
- d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho;
- e) o depósito necessário não se presume gratuito.

38. Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) as energias que tenham valor econômico;
- d) uma casa;
- e) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. O Código de Processo Civil, seguindo a previsão constitucional, estabelece que todos os julgamentos dos órgãos do Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Sobre esse importante princípio, pode-se afirmar:

- a) A fundamentação exerce função extraprocessual pois permite que as partes controlem a decisão por meio da interposição dos recursos cabíveis.
- b) Há manifestação da função endoprocessual da fundamentação quando a decisão é controlada por via da democracia participativa, exercida pelo povo.
- c) Diante de uma decisão sem a devida fundamentação, o único recurso cabível é a apelação.

d) A decisão judicial será considerada como não fundamentada quando o magistrado empregar conceitos jurídicos indeterminados.

e) O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.

40. O Código de Processo Civil estabelece que o pedido, um dos requisitos da petição inicial, deve ser certo e determinado. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) excepcionalmente, o direito brasileiro admite o pedido incerto.

b) são considerados pedidos implícitos os juros legais e a correção monetária mas os honorários advocatícios, em razão de sua natureza alimentícia, devem ser pleiteados expressamente.

c) os juros moratórios serão inclusos na liquidação, ainda que omissos o pedido inicial ou a condenação.

d) formulado pedido certo e determinado, autor e réu têm interesse recursal em arguir o vício da sentença ilícida.

e) o pedido determinado é aquele que especifica a qualidade e quantidade do que se deseja, de modo que não são admitidos pedidos genéricos ou indeterminados.

41. A petição inicial poderá ser indeferida, dentre outras hipóteses, quando inepta. Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

a) Há ineptia da petição inicial quando lhe falta a indicação correta da parte, da causa de pedir ou do pedido.

b) Considera-se inepta a petição que apresentar pedido indeterminado e este não se enquadrar nas hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.

c) Quando os pedidos formulados pelo autor forem incompatíveis entre si, o juiz julgará aquele que tenha sido formulado em conformidade com a narrativa fática.

d) Antes de indeferir a petição inicial, o juiz deverá citar o réu para integrar o polo passivo da relação jurídico-processual.

e) O indeferimento da inicial não admite juízo de retratação pelo magistrado.

42. A reconvenção é uma ação que amplia objetivamente o processo, ou seja, mais um pedido é posto para apreciação do Judiciário. Sobre o tema, pode-se afirmar:

a) a reconvenção deve ser apresentada em petição autônoma, independente da contestação.

b) a reconvenção manifestará pretensão própria, conexa ou não com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

c) a desistência da ação é causa impeditiva ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

d) admite-se o litisconsórcio ativo e passivo na reconvenção, mas não é possível quando verificada a substituição processual.

e) o réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

43. O juiz poderá julgar antecipadamente o mérito de forma total ou parcial. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando o réu for revel.

b) O julgamento total ou parcial de mérito ocorrerá por sentença.

c) Da decisão de julgamento antecipado do mérito, cabe apelação; da decisão de julgamento antecipado parcial do mérito, cabe agravo de instrumento.

d) O julgamento antecipado parcial do mérito não permite a liquidação ou execução da obrigação reconhecida na decisão.

e) A decisão que julgar parcialmente o mérito deverá reconhecer apenas a existência de obrigação líquida, não sendo admitida para obrigações ilíquidas.

44. A remessa necessária (reexame necessário ou duplo grau de jurisdição obrigatório) não tem natureza jurídica recursal e deverá ser realizada em determinados casos específicos. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) No reexame necessário, o Tribunal *ad quem* poderá agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.
- b) Haverá reexame necessário de sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações de direito público, sociedades de economia mista e empresas públicas.
- c) A remessa necessária é uma condição de eficácia da sentença pois esta não produzirá efeitos enquanto aquela não for realizada.
- d) A remessa necessária é de competência exclusiva do juiz, não cabendo qualquer ato ao Tribunal.
- e) Não há remessa necessária de sentença fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, reclamação ou assunção de competência.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

45. Acerca dos princípios constitucionais e gerais do Direito Penal, é correto afirmar que:

- a) Por força do princípio da insignificância não são punidos os crimes de menor potencial ofensivo.
- b) Por força do princípio da taxatividade não se pode conceber a existência de qualquer crime sem ofensa ao bem jurídico protegido pela norma penal.
- c) O princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.
- d) O princípio da reserva legal veda o uso da analogia para punir o autor de um fato não previsto em lei como crime, mesmo sendo semelhante a outro por ela definido.

e) A pena não passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderá ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas ilimitadamente.

46. No que diz respeito à aplicação da Lei Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Praticado um fato que, posteriormente, a lei defina como crime, o seu autor pode ser punido se ainda não tiver ocorrido a prescrição.
- b) O princípio da legalidade é conhecido pela seguinte expressão latina: *nullum crimen, nulla poena sine lege*.
- c) Se o autor de um fato está respondendo a processo por contravenção penal e, posteriormente, a lei venha a definir esse fato como crime, a denúncia não poderá ser aditada para que o agente responda de acordo com a nova classificação.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- e) Se uma lei nova deixar de incriminar certa conduta, antes definida como crime, o réu não continuará a responder ao processo, porque a lei benéfica retroagirá para alcançar fatos anteriores.

47. São consideradas causas legais de exclusão da ilicitude:

- a) estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e embriaguez preordenada.
- b) estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal.
- c) estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal, coação moral resistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- d) exercício regular de um direito, legítima defesa, coação moral irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- e) coação física irresistível, estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal e embriaguez voluntária.

48. Patrícia Cristina é professora de direito penal de uma Faculdade de Direito que é autarquia municipal na comarca de São Bernardo do Campo-SP. Em conluio e unidade de designios com seu assistente Rodrigo César, decidem se apropriar do notebook e do microfone de última geração que foi entregue à Patrícia Cristina para que esta pudesse ministrar as aulas. Assim, Rodrigo César, sabendo da condição de funcionária pública de Patrícia Cristina, concorda com o intento criminoso e visando facilitar a manobra criminoso, coloca os objetos na bolsa enquanto a professora conversava com alguns alunos ao final da aula. Contudo, ao tentarem sair da Faculdade, forma surpreendidos pelo Segurança que foi avisado por um dos alunos que a tudo assistiu. Nesse caso hipotético, assinale a opção correta:

- a) Patrícia Cristina responde por peculato-furto e, o Rodrigo César, por furto.
- b) Ambos respondem pelo crime de peculato, pois a condição de funcionário público é pessoal e elementar do delito, transmitindo-se ao coautor.
- c) Apenas Patrícia Cristina responde pelo crime de peculato, pois ser funcionário público é uma condição pessoal e não se comunica aos coautores.
- d) Ambos respondem pelo delito de peculato, sendo obrigatória a redução da pena em 1/2 caso haja Patrícia Cristina repare o dano após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) Patrícia Cristina responde pelo crime de peculato doloso, enquanto Rodrigo César responde por peculato culposo, pois concorreu para o delito de outrem.

49. Davi Lucas foi condenado em 01 de setembro de 2020 às penas de 4 anos de reclusão pelo crime de roubo, pois teria em 20 de janeiro de 2019, mediante grave ameaça, subtraído o celular de Carolina Helena no centro de São Paulo, capital. Ao fixar a pena o Juiz sentenciante observou que Davi Lucas é reincidente, pois teria praticado um furto no ano de 2018, cujo crime é menos grave que o praticado em 01 de setembro de 2020 por Davi Lucas. Nesse sentido,

- a) A substituição não pode ser aplicada a Davi Lucas, por ser a pena imposta de reclusão.

- b) A substituição não pode ser aplicada a Davi Lucas, por ser ele reincidente em crime doloso.
- c) A substituição não pode ser aplicada a Davi Lucas, por serem ambas as condenações por crimes contra o patrimônio.
- d) A substituição pode ser aplicada a Antônio, pois a reincidência não é pela prática do mesmo crime.
- e) A substituição pode ser aplicada a Antônio, pois ele não é reincidente.

50. José Eurípedes alterou, em parte, testamento particular. Nesse caso, José Eurípedes cometeu o crime de

- a) falsificação de selo ou sinal público.
- b) falsificação de documento particular.
- c) falsidade ideológica.
- d) favorecimento pessoal.
- e) falsificação de documento público.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

51. Foi instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias de suposto crime de homicídio doloso consumado praticado por José, policial civil da PCERJ, quando do cumprimento de mandado de prisão. Segundo consta, José e sua equipe teriam sido recebidos a tiros por infratores do local e revidaram, motivo pelo qual José acabou atingindo fatalmente um dos infratores.

Nesse caso:

- a) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 24h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá intimar a PCERJ para que essa, no prazo de 24h, indique defensor para a representação do investigado.
- b) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 48h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá intimar a PCERJ para que essa, no prazo de 48h, indique defensor para a representação do investigado.

- c) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 48h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá prosseguir com a investigação, sem necessidade de intimação da PCERJ.
- d) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 24h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá prosseguir com a investigação, sem necessidade de intimação da PCERJ.
- e) o investigado não deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, embora tenha direito de constituir defensor.

52. Sérgio foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável (pena: reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos), tendo sido citado pessoalmente. Decorrido o prazo legal, Sérgio não apresentou resposta à acusação.

Nesse caso, deverá o magistrado:

- a) nomear defensor para oferecer resposta em favor do acusado, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.
- b) nomear defensor para oferecer resposta em favor do acusado, concedendo-lhe vista dos autos por 15 (quinze) dias.
- c) suspender o processo, mas não o curso da prescrição
- d) suspender o processo e o curso do prazo prescricional
- e) dar seguimento ao processo, sem nomeação de defensor

53. Analise as hipóteses a seguir:

I – José é pai e único responsável por um menino de 05 anos de idade, e responde a processo criminal pela prática do crime de roubo majorado, tendo sido decretada sua prisão preventiva.

II – Mariana responde a processo criminal pela prática do crime de homicídio doloso consumado, tendo sido decretada sua prisão preventiva. Mariana, porém, é portadora de doença grave.

III – Filomena, 81 anos, é investigada em inquérito policial pela suposta prática do crime de lavagem de capitais, tendo sido decretada sua prisão preventiva.

Nesse caso, será cabível a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar APENAS nos casos indicados em:

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) II
- e) III

54. Marcelo foi preso em flagrante por policiais militares do 41º BPM (Irajá) quando transportava, para fins de comércio, 320 pinos de cocaína, que seriam levados para a comunidade Alto Independência, em Petrópolis-RJ. Com o infrator os policiais apreenderam, além da droga, R\$ 560,00 em dinheiro.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) flagrante próprio, e somente a autoridade Judiciária poderá arbitrar fiança
- b) flagrante próprio, mas a autoridade policial poderá arbitrar fiança
- c) flagrante próprio, mas não será cabível fiança, embora seja cabível a concessão de liberdade provisória sem fiança
- d) flagrante próprio, não sendo cabível fiança nem liberdade provisória
- e) flagrante impróprio, não sendo cabível fiança nem liberdade provisória

55. Acerca do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz, fundamentadamente, condenará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- b) A sentença de impronúncia faz coisa julgada material, impedindo o ajuizamento de nova ação penal relativa ao mesmo fato, ainda que baseada em novas provas
- c) O desaforamento pode ser determinado por requerimento da defesa, mas não por representação do Juiz
- d) Durante o julgamento em plenário não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte
- e) Quanto à organização da pauta, terão preferência os acusados presos e, entre estes, aqueles que forem mais idosos.

56. Marcelina foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por Tiago. Por se tratar de infração de menor potencial ofensivo, as partes compareceram à audiência preliminar, oportunidade em que houve a composição civil dos danos, tendo Tiago se comprometido a indenizar a vítima em R\$ 5.000,00. O Juízo, então, homologou o acordo por sentença.

Nesse caso:

- a) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, que é irrecorrível, tem eficácia de título a ser executado no próprio Juizado
- b) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, impugnável por meio de apelação, tem eficácia de título a ser executado no próprio Juizado
- c) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, que é irrecorrível, tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente
- d) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, impugnável por meio de apelação, tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente

e) o acordo celebrado não gera renúncia ao direito de representação

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

57. Joselito trabalha na primeira vara criminal de Berlford Roxo e, verificando determinado processo, notou que a citação via correios foi frustrada.

Nesse caso, o ato processo deverá ser cumprido

- a) Pelo próprio chefe de serventia
- b) Via Sedex
- c) Via Diário da Justiça
- d) Via Oficial de Justiça Avaliador
- e) Pela imprensa local

58. Malaquias é juiz da vara da família da comarca de Duque de Caxias e precisa criar rotinas complementares ao ofício de justiça. Para tanto, Malaquias deverá expedir

- a) Portaria
- b) Provimento
- c) Memorando
- d) Decreto
- e) Ordem de Serviço

59. Pedro Jorge trabalha na segunda vara cível de Petropolis e verificou que o prazo para cumprimento da Carta Precatória excedeu de 30 dias. Nessa hipótese deve

- a) Solicitar ao deprecado o cumprimento
- b) Solicitar ao deprecado a devolução independentemente de cumprimento
- c) Fazer os autos conclusos
- d) Enviar E-mail para o serviço de cobranças da Corregedoria-Geral da Justiça
- e) Esperar mais 10 dias e, não havendo devolução, ligar ao chefe de secretaria do juízo deprecado.

60. Daniel Winchester citou Lucio Crouler em um processo originário do primeiro juizado da Capital. Em razão do ato praticado, podemos afirmar que Daniel é

- a) Chefe de Serventia
- b) Oficial de Justiça Avaliador
- c) Técnico Judiciário
- d) Juiz de Direito
- e) Auxiliar da Justiça



Estratégia
Concursos

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Execução-de-Mandados-06-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>